

SUMÁRIO

Capítulo I

TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	33
1. O direito comercial: breves apontamentos introdutórios.....	33
2. Evolução histórica do direito comercial	37
3. O novíssimo direito comercial brasileiro.....	40
3.1. Dignidade humana.....	42
3.1.1. Violação da dignidade humana e a responsabilidade civil do empresário.....	45
3.2. Livre iniciativa	46
3.2.1. Elevação de preço sem justificativa e a livre iniciativa.....	48
3.2.1.1. Ônus probatório do empresário para comprovar a justa causa na elevação do preço em ação anulatória de multa	51
3.3. Valoração do trabalho humano	52
3.3.1. Termo de ajustamento de conduta como forma de valoração do trabalho	55
3.4. Soberania nacional	56
3.5. Propriedade privada	57
3.5.1. Expropriação de imóvel com trabalho escravo: limites à propriedade privada.....	60
3.6. Função social da propriedade	61
3.6.1. Generalidades	61
3.6.2. A propriedade e sua função social	62
3.7. Livre concorrência.....	63
3.7.1. Cartéis.....	64
3.7.1.1. Aspectos práticos sobre os cartéis	64
3.7.2. Lei nº 12.529/2011 e as infrações na ordem econômica	66
3.7.3. Cláusula de raio em <i>shopping center</i>	70

3.7.3.1.	Cláusula de raio na visão do CADE	72
3.7.3.2.	Jurisprudências sobre a cláusula de raio	73
3.8.	Defesa do consumidor	74
3.9.	Defesa do meio ambiente	75
3.9.1.	Princípio do poluidor-pagador e consequências práticas	77
3.9.2.	Prescrição em matéria ambiental	78
3.9.3.	Sanções por atividades lesivas ao meio ambiente	79
3.9.4.	Inversão do ônus da prova em matéria ambiental	81
4.	Fontes do direito comercial	82
4.1.	Analogia	84
4.2.	Costumes	85
4.3.	Princípios do Direito Comercial	87
4.3.1.	Função social da empresa.	88
4.3.2.	Preservação de empresas	89
4.4.	Jurisprudência	90

Capítulo II

EMPRESA E EMPRESÁRIO	93
1. Empresa	93
2. O empresário	95
2.1. Profissionais que não podem ser empresários	96
2.2. Impedidos de serem empresários	99
2.3. A incapacidade civil e o empresário individual	100
2.3.1. Proteção ao patrimônio do empresário com incapacidade ..	103
2.4. A incapacidade civil do sócio	104
2.4.1. Nomeação de administrador provisório: análise de aspectos processuais	106
2.4.1.1. Nomeação provisória de administrador: uma nova prioridade no PJE?	107
2.5. Classificações das sociedades empresariais	108
2.6. Modalidades de empresários	112
3. Empresário individual	113
3.1. Empresário individual casado	113
3.2. A morte do empresário individual acarreta a sua extinção?	114
3.3. Responsabilidade civil do empresário individual	114
3.4. Requerimento de empresário individual	116
4. Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): Análise antes de sua extinção por norma jurídica	116

4.1.	Lei 14.195/2021 e a extinção da EIRELI	120
4.2.	Extinção da EIRELI e a dispensa de alteração da natureza na Junta Comercial.....	121
5.	Sociedade em nome coletivo	122
5.1.	Administração da sociedade em nome coletivo	124
5.2.	Ato constitutivo da sociedade em nome coletivo	124
6.	Sociedade em comandita simples.....	125
6.1.	Direitos do comanditado e comanditário.....	127
7.	Sociedade limitada	128
7.1.	Da responsabilidade civil dos sócios na sociedade limitada	129
7.1.1.	Jurisprudências de responsabilidade civil do sócio.....	131
7.2.	Capital social da sociedade limitada.....	133
7.2.1.	Aspectos práticos do capital da sociedade limitada à luz do DREI	137
7.3.	Da administração da sociedade limitada.....	138
7.3.1.	Atribuições da administração	139
7.3.2.	Membros da administração.....	140
7.3.2.1.	Impedidos de serem da administração.....	141
7.3.3.	Término do cargo na administração	142
7.3.4.	Responsabilidade civil do administrador da sociedade limitada.....	143
7.3.4.1.	Responsabilidade civil do administrador à luz da jurisprudência.....	145
7.4.	Conselho Fiscal.....	147
7.4.1.	Notas introdutórias do Conselho Fiscal.....	147
7.4.2.	Funções do Conselho Fiscal.....	148
7.4.3.	Conselho Fiscal no Direito Civil	149
7.4.4.	Atribuições do Conselho Fiscal	151
7.5.	Assembleia.....	152
7.5.1.	Notas iniciais sobre as deliberações sociais.....	154
7.5.2.	Deliberações sociais.....	156
7.5.3.	Da competência para convocação da assembleia ou reunião.....	158
7.5.4.	Ata, o documento representativo das deliberações.....	159
7.5.5.	Da instalação da assembleia ou reunião na sociedade limitada.....	160
7.5.6.	Aspectos práticos da assembleia.....	161
7.6.	Dissolução da sociedade limitada	162
7.6.1.	Dissolução total da sociedade limitada	163

7.6.1.1.	Hipóteses de dissolução total no Código Civil.....	164
7.6.2.	Dissolução parcial da sociedade limitada.....	164
7.6.2.1.	Hipóteses de dissolução parcial da sociedade limitada..	165
7.6.2.1.1.	Possibilidade de dissolução parcial cumulada com apuração de haveres.....	167
7.6.2.1.2.	Legitimidade ativa para o ajuizamento da ação de dissolução parcial	167
7.6.3.	Dissolução judicial da sociedade limitada	168
7.6.3.1.	Devido processo legal na dissolução judicial da socieda- de limitada	170
7.6.3.2.	Legitimidade para pleitear a dissolução judicial da so- ciedade limitada.....	172
7.6.4.	Dissolução da sociedade sem pagamento de credores e o risco da desconsideração da personalidade jurídica	173
7.7.	Direito de recesso do sócio na sociedade limitada	174
7.8.	Contrato social da sociedade limitada	175
7.9.	Regime jurídico das quotas	176
7.9.1.	Efeitos práticos de ter quotas sociais.....	177
7.9.2.	Cessão de quotas.....	178
7.9.2.1.	Direito de preferência dos sócios na cessão de quotas..	179
7.9.3.	Usufruto em quotas.....	180
7.10.	Regime de regulamentação da sociedade limitada.....	181
8.	Sociedade limitada unipessoal (SLU).....	183
8.1.	Sociedade limitada unipessoal, EIRELI e empresário individual	183
8.2.	Responsabilidade civil na sociedade limitada unipessoal	184
8.3.	Capital da sociedade limitada unipessoal	185
8.4.	Administração da sociedade limitada unipessoal	185
8.4.1.	Impedidos de serem da administração.....	187
8.5.	Faz sentido ter reunião?	187
8.6.	Ato constitutivo da sociedade limitada unipessoal.....	188
8.7.	Penhora de quotas do sócio da SLU: o julgado do REsp 1982730/ SP.....	189
9.	Sociedade anônima.....	191
9.1.	Uma breve nota histórica da sociedade anônima.....	191
9.2.	Atributos gerais da sociedade anônima.....	193
9.3.	Mercado de valores	194
9.3.1.	Classificação da S/A em aberta ou fechada.....	195
9.3.2.	A emissão de valores mobiliários e o registro na CVM.....	196
9.4.	Constituição da S/A	197

9.4.1.	Constituição por subscrição pública.....	199
9.4.2.	Constituição por subscrição particular.....	203
9.4.3.	Formalidades complementares na constituição da companhia por assembleia	204
9.4.4.	Formalidade complementar da companhia constituída por escritura pública.....	205
9.4.5.	Disposições gerais aplicáveis nas constituições das companhias	205
9.5.	Valores mobiliários.....	206
9.5.1.	Ações	207
9.5.1.1.	Número de ações e valor nominal	208
9.5.1.1.1.	Fixação no estatuto.....	208
9.5.1.1.2.	Alterações no número e valor nominal das ações	208
9.5.1.1.3.	Preço de emissão de ações com valor nominal	210
9.5.1.2.	Espécies de ações.....	210
9.5.1.3.	Valores das ações	219
9.5.1.4.	Forma da ação	221
9.5.1.5.	Vantagens políticas das ações preferenciais.....	222
9.5.1.6.	Regime jurídicos das ações no estatuto	222
9.5.1.7.	Indivisibilidade das ações.....	223
9.5.1.8.	Negociação das ações nas companhias	224
9.5.2.	Debêntures.....	225
9.5.2.1.	Diferenças entre ações e debêntures.....	226
9.5.2.2.	Emissões e séries de debêntures.....	226
9.5.2.3.	Valor nominal da debênture	227
9.5.2.4.	Espécies de debêntures.....	228
9.5.2.5.	Emissão de debêntures	229
9.5.2.6.	Agente fiduciário.....	231
9.5.2.7.	Assembleia de debenturistas	233
9.5.3.	Bônus de subscrição.....	233
9.5.3.1.	Competência para emitir bônus de subscrição.....	235
9.5.3.2.	Direito de preferência.....	235
9.5.3.3.	Forma nominativa dos bônus de subscrição.....	236
9.5.4.	Partes beneficiárias.....	236
9.5.4.1.	Emissão de partes beneficiárias	239
9.5.4.2.	Propriedade das partes beneficiárias.....	239
9.6.	Capital social.....	239
9.6.1.	Aumento do capital social	242
9.6.2.	Redução do capital social.....	243
9.6.3.	Obrigação de integralizar o capital social e mora do acionista.....	244

9.6.3.1.	Título executivo para ingressar com a ação de execução.....	245
9.6.4.	Questões práticas do capital social à luz do DREI.....	246
9.7.	Órgãos sociais.....	247
9.7.1.	Assembleia geral	247
9.7.1.1.	Competência para convocação da assembleia.....	249
9.7.1.2.	Modo de convocação da assembleia.....	250
9.7.1.2.1.	Poderes da CVM na assembleia.....	251
9.7.1.3.	Local de realização da assembleia	251
9.7.1.4.	Quórum de instalação da assembleia	252
9.7.1.4.1.	Direito de voz do acionista.....	252
9.7.1.5.	Legitimação e representação na assembleia.....	252
9.7.1.6.	Livro de presença e mesa.....	253
9.7.1.7.	Quórum das deliberações	254
9.7.1.8.	Disponibilização prévia de documentos	255
9.7.1.9.	Procedimento da assembleia	256
9.7.1.10.	Assembleia ordinária e extraordinária	257
9.7.2.	Conselho de administração.	257
9.7.2.1.	Notas introdutórias.....	257
9.7.2.2.	Composição e disposições estatutárias do conselho de administração	259
9.7.2.3.	Atribuições do conselho de administração	260
9.7.3.	Diretoria.....	261
9.7.3.1.	Notas introdutórias.....	261
9.7.3.2.	Composição da diretoria.....	262
9.7.4.	Conselho fiscal	263
9.7.4.1.	Composição do conselho fiscal.....	264
9.7.4.1.1.	Impedimentos para ser membro do conselho fiscal..	264
9.7.4.2.	Funcionamento do conselho fiscal.....	266
9.7.4.3.	Atribuições do conselho fiscal	266
9.8.	Administração da sociedade anônima	268
9.8.1.	Breves esclarecimentos.....	269
9.8.2.	Nomeação e impedimentos dos membros de órgãos da administração.....	269
9.8.2.1.	Tutela provisória de urgência para destituição de membro da administração.....	272
9.8.3.	Garantia de gestão.....	273
9.8.4.	Investidura dos conselheiros e diretores	274
9.8.4.1.	Dever de informação na nomeação de administrador da S/A aberta.....	275
9.8.5.	Substituição e término da gestão.....	276

9.8.6.	Renúncia dos membros do conselho de administração e diretoria.....	277
9.8.7.	Remuneração dos administradores.....	277
9.8.8.	Deveres dos administradores	278
9.8.8.1.	A importância de uma companhia e sua relação com deveres éticos.....	278
9.8.9.	Responsabilidade civil do administrador.....	286
9.9.	Acionista	287
9.9.1.	Acionista controlador.....	288
9.9.1.1.	Regime de responsabilidade civil do acionista controlador	289
9.9.2.	Direito de retirada do acionista.....	292
9.9.3.	Acordo de acionistas	302
9.9.3.1.	Inadimplemento do acordo de acionista	303
9.9.4.	Direitos essenciais dos acionistas.....	304
9.10.	Distribuição de lucros.....	308
9.10.1.	Dividendos obrigatórios.....	309
9.11.	Dissolução, liquidação e extinção da companhia.....	311
9.12.	Aspectos práticos envolvendo a CVM e a sociedade anônima	315
9.13.	Aspectos processuais envolvendo a sociedade anônima	322
10.	Sociedade em comandita por ações	331
11.	Sociedade Anônima de Futebol (SAF)	331
11.1.	Notas iniciais.....	331
11.2.	Objetos de exploração da SAF.....	332
11.3.	Constituição da SAF	333
11.3.1.	Constituição da SAF de capital aberto.....	334
11.3.2.	Constituição da SAF de capital fechado	338
11.4.	Reflexos práticos da constituição da SAF.....	340
11.4.1.	Reflexos da cisão do patrimônio do clube ou pessoa jurídica original para constituição da SAF.....	341
11.4.2.	Ação ordinária de classe A	343
11.5.	Governança na SAF	344
11.5.1.	Acionista controlador na SAF	344
11.5.2.	Responsabilidade civil do acionista controlador na SAF	344
11.5.3.	Acionista sem direitos ao voto e à voz na SAF.....	345
11.6.	Órgãos obrigatórios da SAF	346
11.6.1.	Conselho de administração	346
11.6.2.	Conselho fiscal	347

11.6.3.	Impossibilitados de serem integrantes do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria na SAF.....	348
11.7.	Publicações obrigatórias no ambiente digital.....	349
11.8.	Obrigações da SAF	350
11.9.	Parecer nº 41/2023 da Comissão de Valores Mobiliários	351
11.10.	(Im)possibilidade de recuperação judicial pelo clube	352
12.	Apontamentos sobre empresário individual e sociedade empresária.....	352

Capítulo III

ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO SOCIETÁRIO 355

1.	Ação de dissolução parcial da sociedade.....	355
1.1.	Razões da dissolução parcial da sociedade	356
1.2.	Objeto da ação de dissolução parcial da sociedade (art. 599)	357
1.3.	Fundamentos da ação de dissolução parcial	358
1.3.1.	Cláusula contratual permitindo hipóteses de dissolução parcial da sociedade.....	362
1.3.2.	Nomenclatura incorreta	362
1.4.	Legitimidade ativa	363
1.5.	Legitimidade passiva	366
1.6.	Foro competente	366
1.7.	Valor da causa.....	368
1.8.	Pedido de indenização compensável.....	368
1.9.	Procedimento	369
1.9.1.	Metodologia de fluxo de caixa descontado (FCD).....	374
1.9.2.	Efeito suspensivo no recurso	377
1.9.3.	Ônus da prova na comprovação da falta grave	378
1.9.4.	Juros moratórios nos haveres.....	378
1.9.5.	Correção monetária nos haveres.....	379
1.10.	Âmbito de aplicação.....	379
2.	Ação de invalidação de deliberação social	380
2.1.	Espécies de vícios para invalidar a deliberação social	381
2.1.1.	Deliberações nulas e anuláveis	382
2.2.	Hipóteses de invalidades de deliberações na sociedade limitada ..	384
2.3.	Hipóteses de invalidades de deliberações na sociedade anônima....	385
2.4.	O regime de invalidades de deliberações à luz da jurisprudência...	385
2.5.	Legitimidade ativa	387
2.5.1.	Jurisprudências de ilegitimidade ativa na invalidade de deliberação.....	388

2.5.2. Usufruto nas ações/quotas e a legitimidade ativa.....	389
2.5.3. Legitimidade do Ministério Público para invalidar a deliberação	390
2.6. Legitimidade passiva	391
2.7. Foro competente	391
2.8. Procedimento	391
3. Dissolução total da sociedade contratual.....	393
3.1. Hipóteses de dissolução total no Código Civil.....	394
3.2. Dissolução total e a (im)prescindibilidade da intervenção do judiciário.....	400
3.3. Dissolução total da sociedade e a liquidação	400
3.3.1. Nomeação do liquidante	407
3.3.2. Destituição do liquidante	408
3.4. Administração da sociedade durante a liquidação.....	410
3.5. Representação da sociedade na liquidação.....	410
3.6. A dissolução total à luz da jurisprudência	411

Capítulo IV

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL 415

1. Conceito de estabelecimento empresarial	415
1.1. Aviamento.....	417
1.2. Clientela	419
1.2.1. A proteção da clientela no Código Civil.....	420
1.2.2. Ação cabível para obstar a atividade econômica pelo alienante do estabelecimento empresarial.....	422
1.3. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial	423
2. Negócios jurídicos envolvendo o estabelecimento empresarial.....	424
2.1. Trespasse.....	426
2.1.1. Classificação contratual do trespasse.....	427
2.1.2. Efeitos aos terceiros pelo trespasse	428
2.1.3. Eficácia do trespasse	429
2.1.4. Responsabilidade civil do adquirente do estabelecimento ..	430
2.1.5. Responsabilidade civil do alienante do estabelecimento	430
3. Penhora do estabelecimento empresarial	431

Capítulo V

NOME EMPRESARIAL..... 435

1. Do nome empresarial.....	435
-----------------------------	-----

1.1.	Da natureza do nome empresarial	436
1.2.	Espécies de nomes empresariais	438
1.2.1.	Conflitos de nomes empresariais e o princípio da anterioridade	439
1.2.2.	Possibilidade de mesmo nome empresarial em estados diferentes.....	440
1.2.3.	Uso do CNPJ como nome empresarial	441
1.3.	Do registro do nome empresarial	441
1.4.	Princípios norteadores do registro do nome empresarial.....	443
1.5.	Hipóteses de vedação ao registro do nome empresarial.....	444
1.6.	(Im)possibilidade de alienação do nome empresarial	445
1.7.	Nome empresarial da sociedade estrangeira	446
1.8.	Jurisprudências do STJ sobre o nome empresarial	446

Capítulo VI

OBRIGAÇÕES DE EMPRESÁRIOS 449

1.	Considerações iniciais	449
2.	Do registro	449
2.1.	Atos de registros dos empresários.....	457
2.1.1.	Matrícula.....	457
2.1.2.	Arquivamento	458
2.1.2.1.	Responsabilidade civil do sócio após a cessão de quotas na sociedade limitada.....	459
2.1.3.	Autenticação	460
2.2.	Das decisões e dos recursos na Junta Comercial	461
3.	Escrituração dos livros empresariais.....	464
3.1.	ITG 2000 (R1) e a escrituração contábil.....	466
3.2.	Livros empresariais: requisitos intrínsecos e extrínsecos	467
3.2.1.	Livros empresariais obrigatórios e facultativos	468
3.2.2.	Livros de uma sociedade anônima	470
3.2.3.	Dever de conservação dos livros empresariais	471
3.3.	Competência para fazer escrituração de livros empresariais	473
3.4.	Livros e eficácia probatória.....	473
3.5.	Sigilo dos livros	474
3.5.1.	Ação executiva e (im)possibilidade de mostrar os livros empresariais.....	476
3.5.2.	Jurisprudências sobre a quebra do sigilo dos livros empresariais	477

3.5.3. Súmula 439 do STF e a relativização do sigilo dos livros empresariais.....	478
4. Levantar balanço patrimonial e de resultado econômico a cada ano.....	479
MODELOS	483
1. Modelo de requerimento de empresário individual	483
2. Modelo de contrato social de sociedade limitada	485
REFERÊNCIAS	489
JURISPRUDÊNCIA	505
PÓS-FÁCIO	509